

**ATA DA 4a (QUARTA) REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CONERH**

Handwritten signature

ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CONERH.

Presidência do Sr. Alexandre Figueiredo

Às 15h (quinze horas) do dia 20 (vinte) do mês de junho do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro) compareceram ao Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos localizado à rua Antônio Augusto nº 555, Aldeota, nesta capital, os Senhores Conselheiros: Alexandre Figueiredo Presidente do CONERH; Regina Lúcia de Araújo Soares- SEMACE; Antônio Nunes de Miranda - UFC; Tomaz Antônio de Figueiredo- AMECE; Maria Amélia S. Menezes- ABES; Gontran Coelho P. Junior- SEARA; Luís Eduardo Barbosa de Moraes- SETECO; Joaquim Guedes C. G. Filho - DNOCS; Goretta Ximenes Nogueira- SRH e Valério Cela Menescal- SRH.

Deixaram de comparecer os Senhores Conselheiros: Croaci Aguiar- - PGE; Francisco Ademazinho P. Holanda - CEDEC; Nilson Holanda- ABRH; Mário Roberto Bastos Gomes- NUTEC; Mardônio Botelho Filho- SEPLAN e Francisco Xavier Andrade Giráo- Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE ALEXANDRE FIGUEIREDO: Boa tarde a todos. É com satisfação que nós abrimos esta 4ª (quarta) Reunião Extraordinária do CONERH- Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Nós gostaríamos de chamar para compor a Mesa ao nosso lado o Dr. Hilton, representante do Banco do Brasil; o Dr. Danilo, representando o Dr. João Melo do Banco do Nordeste; o Dr. Tomás Figueiredo, Prefeito de Santa Quitéria.

Nós gostaríamos de chamar a Dra. Karen, do Banco Mundial, convidada especial aqui presente, para fazer parte da Mesa conosco.

Os demais companheiros do CONERH que ficam representados aqui na Mesa, nós gostaríamos de registrar as presenças para efeito de Ata.

Está representada a SEMACE, a AMECE, a ABES, a SETECO, o DNOCS, a SRH e os convidados especiais que estão aqui presentes. Foram convidados ainda o Dr. Cristiano, do CREA, que está aqui representado pelo engenheiro José de Andrade Moraes, também o Deputado Federal Ariosto Holanda por algum motivo ainda não chegou.

A pauta da nossa Reunião foi distribuída e também a Ata da 3ª (terceira) Reunião Extraordinária. Nós gostaríamos de colocar em discussão primeiramente a Ata da 3ª (terceira) Reunião Extraordinária. Não havendo ninguém para discutir, colocamos em votação. Nós gostaríamos de informar que temos quorum para deliberar e votar. Então, está aprovada a Ata da 3ª (terceira) Reunião Extraordinária.

Vou passar portanto a palavra para a nossa Secretária Executiva, Dra. Goretti Ximenes para a leitura do Expediente e informes da Secretaria.

A SRA. CORETTI XIMENES: Nós fomos solicitados pelo CREA para fazer parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Estamos aqui com o Ofício e com isso, nós trouxemos esse assunto ao Conselho para ser discutida a inclusão do CREA no Conselho de Recursos Hídricos. Seria, no caso, o CREA e a COGERH, que é a nova vinculada da Secretaria de Recursos Hídricos.

O SR. PRESIDENTE ALEXANDRE FIGUEIREDO: Bom, nós gostaríamos de colocar em discussão a proposta do CREA que nos chegou às mãos através do Ofício nº 1108, datado de 7 de julho de 1994." Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Ceará, por seu Presidente signatário, muito respeitosamente reiterar para expor e requerer o que se segue: A Lei nº 11.996 de 24 de julho de 1992 expõe sobre a política estadual de recursos hídricos e criou também o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Entretanto o CREA que é uma entidade federal não se encontra representado neste órgão importante. Assim, diante do exposto eles vêm colocar a proposta ao Conselho Estadual de Recursos

Hídricos para ser membro integrante deste Conselho, o que nós achamos bastante pertinente, tendo em vista que o CREA regula toda essa parte de engenharia, agronomia e arquitetura no Estado do Ceará, bem como tem um colegiado federal. E, para que o Conselho fique ponderalmente paritário, então, como não poderia deixar de ser também, desde o instante em que o Governador criou a COGERH, nós estamos apresentando a proposta de colocá-lo como integrante também do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Antes de colocar em deliberação, gostaríamos de colocar em discussão. Com a palavra o Dr. José Andrade.

Gostaríamos inclusive de agradecer a presença da equipe da Assembléia Legislativa que está taquigrafando todo o trabalho.

O SR. JOSÉ ANDRADE MORAIS: Sou representante do CREA e membro de uma Comissão Especial criada recentemente naquele Conselho que trata das questões de recursos hídricos, saneamento e de meio ambiente.

Então, o CREA, em discussões de terra, sentiu-se ausente em diversos foruns que existem no Estado, entre eles esse de recursos hídricos. Então, juntamente com os profissionais de geografia e outros envolvidos também como foram citados aqui de geologia, de agronomia, de engenharia, tratou de organizar uma Comissão que tem a finalidade de acompanhar as políticas desses setores no Estado, principalmente fazendo-se representar nesses foruns como no COEMA, no CEMAN e entre eles este aqui que é o Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Então, a nossa proposição está fundamentada numa proposta interna que também já foi discutida por todos os Conselheiros, internamente, representantes de Câmaras do próprio CREA. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE ALEXANDRE FIGUEIREDO: A proposta continua em discussão. Antes de colocar em votação, nós gostaríamos de esclarecer aos Senhores membros do Conselho como vai tramitar esta proposta. No instante em que o Conselho aprovar, ou seja, acatar a proposta de incluir como membro tanto o CREA como a COGERH, nós apresentaremos esta proposta em forma de anteprojeto ao Sr. Governador do Estado do Ceará. A partir daí, ele deverá então ouvir da Procuradoria Geral do Estado, encaminhar à Assembléia Legislativa para converter em Lei que será sancionada por ele depois.

Então, está em votação a proposta de inclusão do CREA e da COGERH no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Os Senhores que estiverem de acordo permanecem como estão. Aprovada.

Com a palavra o engenheiro Adonai de Sousa Porto.

O SR. ADONAI DE SOUSA PORTO: Eu queria só fazer um esclarecimento.

Eu era até então o representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos no Conselho, mas depois de representante, fui nomeado Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria. Então, nós nos sentimos impedidos de representar uma entidade da sociedade civil, já que estávamos vinculados ao Governo. Na época eram nomeadas duas pessoas: o titular e o segundo. O meu segundo era o Dr. Hypérides Macedo, e ele foi recentemente também nomeado Secretário. Então, o Hypérides igualmente considerou-se impedido. Então, o Dr. Nilson Bezerra Campos, que hoje é o representante regional da ABRH, fica sendo o representante do Conselho. Nessa votação, como o Nilson não estava aqui, a ABRH não se absteve da votação e declara que o Dr. Nilson é o representante do Conselho.

O SR. PRESIDENTE: Agradecemos o registro. A UFC- Universidade Federal do Ceará - também está presente, bem como o DNOCS que eu havia pautado. O Dr. Joaquim está ali e o Dr. Miranda também, representando a UFC.

Bom, nós gostaríamos então de em primeiro lugar ressaltar o objetivo desta 4ª (quarta) Reunião. O objetivo maior é exatamente a configuração da situação do Vale do Jaguaribe em relação à recarga de água do açude Orós e do açude Banabuiú, que vai naturalmente apresentar problemas a partir agora de julho e agosto, quando normalmente se liberam as vazões de regularização.

Este é o assunto mais importante. Haverá uma exposição feita pelo pessoal da COGERH, pelo Dr. Molinas e pelo Dr. Mário Mamede que vai ser substituído pelo Dr. José Aurélio Lucena Rodrigues. Antes, entretanto, nós gostaríamos de fazer alguns registros.

Gostaríamos de participar ao Conselho, com muita satisfação, que a Secretaria de Recursos Hídricos tem sido procurada ao longo desses últimos meses por Prefeituras que estão interessadas em desenvolver os seus próprios Planos Municipais de Recursos Hídricos, naturalmente com base no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Uma delas foi a Prefeitura de Santa Quitéria, que já está, em andamento, em articulação com a Secretaria de Recursos Hídricos, através do seu Departamento Técnico. A outra é a Prefeitura Municipal de Juazeiro que também já está em andamento. E, para a nossa felicidade, os dois primeiros iniciados são exatamente um no cristalino e o outro no sedimentar, que seria bastante representativo. Mas, nós também estamos sendo procurados pela Prefeitura de Quixadá e outras pequenas Prefeituras, inclusive do Vale do Curu.

Então, dentro da medida do possível e dentro da vontade dessas Prefeituras de participar de alguma forma na elaboração desse Plano, é com muita satisfação

que fazemos esse registro, porque isso só mostra a evolução da perspectiva de nós termos, em um futuro muito breve, um detalhamento muito maior do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e, o que é mais importante, com a participação daqueles que estão mais próximos das comunidades que são os Prefeitos e os Vereadores.

Gostaríamos antes de partir para a exposição ainda, de facultar a palavra aos Senhores membros do Conselho para qualquer informe que seja de interesse deste Conselho.

Bom, eu vou passar a palavra para a Dra. Goretti para que ela conduza os trabalhos da exposição.

A SRA. GORETTI XIMENES: A Ordem do Dia é a disponibilidade hídrica do Estado do Ceará. Gostaríamos de convidar o Sr. José Aurélio Lucena Rodrigues, representante do DNOCS, para começar a exposição.

O SR. AURÉLIO LUCENA RODRIGUES: Boa tarde. Meu nome é Aurélio. Eu trabalho no DNOCS e faço parte das operações agrícolas trabalhando no monitoramento dos recursos hídricos dos açudes públicos.

Então, nós estamos trazendo aqui sugestões, propostas, também um esquema dos três vales: Vale do Jaguaribe, Vale do Curu e Vale do Acaraú.

O ORADOR FAZ EXPOSIÇÃO DE TRANSPARÊNCIAS SOBRE:

- As Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará
- Distribuição dos açudes
- Ficha técnica operacional de açudes públicos construídos pelo DNOCS
- Cidades e distritos do Estado do Ceará que são abastecidos diretamente por açudes do DNOCS
- Cidades abastecidas pelas águas do açude Orós
- Principais rios perenizados no Ceará pelo DNOCS
- Situação dos principais açudes do Ceará - Quadro comparativo 1993 e 1994
- Vale do Jaguaribe - Situação atual dos reservatórios
- Disponibilidade de atendimento da Bacia do Jaguaribe - Período julho/94 à maio/95
- Vale do Curu - Situação atual dos reservatórios
- Recomendações e sugestões
- Vale do Acaraú - Situação atual dos reservatórios.

O SR. DANILO COELHO MONTEIRO: Quando você fala como medida de economia de água, inibir a expansão das áreas irrigadas, eu creio que é uma medida um pouco radical e difícil de se pôr em execução. Isso significa, por exemplo, que o grande cliente, hoje, do Banco do Nordeste, são as áreas irrigadas, é a expansão das águas irrigadas. Então, a minha opinião é que essa não seria a solução. A solução melhor seria racionalizar o uso dessa água, através de um aumento da eficiência da irrigação nas áreas a serem plantadas, e, controlar essas águas de uma maneira mais rigorosa na sua aplicação. É bem melhor do que você tentar inibir essa expansão. Questão de sugestão.

O SR. AURÉLIO LUCENA RODRIGUES: É muito oportuna. Quando nós falamos em inibir, no momento atual nós temos que inibir mesmo. Isso que o Sr. falou é muito certo. Temos é que melhorar o nosso sistema de irrigação. Quer dizer, se hoje nós estamos utilizando uma vazão de 1,5, 1,8, nos projetos de irrigação públicos, a média é 1,8, porque nós consideramos 2 metros cúbicos para a cultura do arroz e 1,5 para culturas diversas. Temos que melhorar a cultura da irrigação. Concordo, porque aí nós vamos expandir as nossas áreas irrigáveis.

O SR. DANILO COELHO MONTEIRO: Só a título de exemplo. Eu poderia citar o caso da Espanha hoje, que 80% dos seus recursos hídricos são usados em irrigação. Hoje, já atingiu o seu limite máximo de uso de água. Então, a solução agora é melhorar a eficiência do sistema, tornar culturas mais econômicas de água, enfim, um sistema mais eficiente.

O SR. MOLINAS: Eu queria colocar uma questão com referência ao crescimento do BNH que o Sr. colocou. Eu concordo plenamente. Há muita coisa para se fazer em termos de eficiência. O caminho é por aí. Há um exemplo claro. Eu participei de uma reunião com o BNH ontem a noite em Limoeiro do Norte onde tinha, por exemplo, o perímetro irrigado do Banabulú, o pedido, a outorga inicial era de 8 metros cúbicos por segundo. Depois de uma discussão com os técnicos, uma discussão com a cooperativa, aquele pedido de 8 metros cúbicos por segundo se reduziu a 4. Eles acham que podem trabalhar muito bem com 4 metros cúbicos por segundo. No caso da cooperativa de Limoeiro do Norte, eles inicialmente tinham solicitado 4,2 metros cúbicos por segundo. Depois de um entendimento técnico de uma semana, uma semana e meia, nós conseguimos baixar para 1,8. Eu acho que o caminho é pela busca da eficiência. Eu acho que tem que se fazer um trabalho muito grande com os usuários, fundamentalmente com as cooperativas, o usuário independente de ser localizado. Quando o usuário for de um tamanho razoável, há condições de acessar. As cooperativas, não. O BNB tem dado toda facilidade. Toda a estrutura do BNB no interior tem permitido acessar as cooperativas, discutir com eles. Eu acho que o caminho é por aí, simplesmente isso.

O SR. PRESIDENTE: Bem se ninguém tiver mais alguma colocação, nós queríamos agradecer ao DNOCS na pessoa do Dr. Lucena.

O SR. JOSÉ DE ANDRADE MORAIS: Eu estou aqui como convidado, representando o CREA.

Gostaria de citar uma experiência que aconteceu no Brasil dos sistemas de abastecimento de água. De uma forma geral, esses sistemas não eram medidos e há dez anos passou a existir uma política que foi encomendada, projetos específicos pelo BNH para empresas, e descobriu que em todos os sistemas de abastecimento onde não havia medição, onde não havia controle da sua água bruta, da sua água tratada e do consumo dos seus usuários, o desperdício era em torno de 80%. Passados dez anos, essas empresas trabalhando em programas, reduziram essas perdas, em algumas empresas, para 30%. Essa economia foi muito grande, porque se conseguiu com medições, com muito esforço, com monitoramento, com um controle rigoroso, mas isso trouxe um benefício maior que foi a diminuição do consumo de energia e dos produtos químicos, além da racionalização da oferta e da demanda da água. Então, eu vejo nos perímetros irrigados a falta de medição, a falta de qualquer controle no dia-a-dia, tanto relativo à água produzida, à água bombeada, à água primária, como à água secundária, aquela que está chegando aos usuários. Eu não conheço no Nordeste nenhum sistema que tenha controle.

Então, isso fica como uma sugestão de que o DNOCS pudesse criar um núcleo de trabalho nessa área, ou seja, através de um Projeto Piloto tentasse fazer com que um programa desses pudesse crescer na Região Nordeste como um todo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: Bom, nós queremos agradecer ao Dr. Lucena.

Vamos fazer uma pausa de cinco minutos, pedindo a todos para permanecerem, porque ainda vai haver a exposição do Dr. Molinas, da COGERH.

Queríamos ainda, ao final, fazer algumas colocações e distribuir um material que está aqui conosco para melhor divulgação tanto do Seminário como da nossa Legislação.

(É SUSPENSA A REUNIÃO)

O SR. PRESIDENTE: Bom, retomando os trabalhos nessa segunda parte que a COGERH vai fazer a exposição.

Mas nós gostaríamos, antes de passar a palavra para o Presidente da COGERH, Dr. Luís Carlos Pontes, que muito em breve vai ser Presidente deste Conselho, que ele abrisse os trabalhos dessa segunda parte. Dr. Luís Carlos, por gentileza.

O SR. LUÍS CARLOS PONTES: Bom, como os Senhores sabem, a COGERH foi criada pelo Governo do Estado no início deste ano, dia 11 de janeiro, mais ou menos. A nós foi entregue a incumbência de estruturar a empresa, implantar a empresa, enfim, adotar todos os procedimentos legais para o seu funcionamento.

E a nossa proposta de trabalho era uma proposta mais voltada dentro de um contrato de empréstimo que está sendo feito com o Banco Mundial, ou seja, era uma sistemática de trabalho, mas, digamos assim, nós tínhamos que dar vários passos dentro de cada Bacia Hidrográfica, no sentido de chegar até ao ponto em que nós tivéssemos o Comitê de Bacia funcionando, o Plano Diretor de Bacia, uma série de documentos técnicos que orientassem toda a política de recursos hídricos a nível de cada bacia. Nós estamos diante de um problema de emergência, então nós desenvolvemos uma estratégia a partir de discussões com os técnicos, onde no caso específico da Bacia do Juagaribe, que é a bacia mais crítica, nós vamos iniciar um trabalho, digamos assim, em caráter precário, numa tentativa de fazer a gestão dessas águas, no sentido de melhorar a eficiência no uso dessa água. E, o primeiro passo que nós vamos dar na bacia, será a organização de um Seminário, a partir dessas informações que o DNOCS está nos prestando e mais algumas informações complementares que o pessoal da área técnica preparou sobre a bacia. Então, a partir desse Seminário, a idéia é que se estabeleça todo um controle ao longo, especificamente, do Rio Jaguaribe, desde o Orós até a saída da água para o Canal do Trabalhador, e nós possamos, ao longo de toda essa área, estabelecer um sistema de controle. Primeiro: através de um sistema de monitoramento que será montado pela FUNCEME, aí nós vamos estabelecer vários pontos de controle ao longo do rio. O segundo ponto é que nós teríamos também uma fiscalização. Houve uma recomendação aqui do DNOCS no sentido de não mais expandir áreas irrigáveis lá no vale. Para isso, nós vamos contar com o apoio da EMATER que deverá exercer uma fiscalização através dos seus escritórios ao longo de a área do rio. Um terceiro momento é que nós vamos criar, em caráter precário, uma espécie de Comitê de Bacia. Nós vamos estabelecer um colegiado na bacia e este terá reuniões periódicas para que possamos controlar de forma mais contínua toda essa distribuição, toda a locação de água dentro do Vale do Jaguaribe.

Então, essas são as providências que nós vamos tomar a partir desse Seminário. O ponto central do Seminário é uma discussão que foi iniciada aqui pelo pessoal do BNB e também um pouco com o pessoal do DNOCS, que é a questão da locação eficiente dessa água. Isso nos preocupa fundamentalmente. Nós já tivemos, como o Dr. Molinas colocou, algumas discussões preliminares com cada cooperativa, com o pessoal técnico, discutindo a questão dessa eficiência no uso dessa água, ou seja, porque que cada cultura irrigada absolve efetivamente como que esses canais e esse sistema de distribuição de água dentro da área do vale pode ser aumentada a eficiência, enfim, nós vamos promover toda uma discussão técnica que será o ponto central desse Seminário.

E a partir daí, criando esse comitê, um comitê provisório de bacia para fazer um acompanhamento. Então, essa é, digamos assim, uma tentativa de implantar essa nova política de recursos hídricos dentro do Estado do Ceará. Nós vamos fazer isso, inicialmente no Vale do Jaguaribe, depois vamos para para o Vale do Curu, que são os dois vales críticos que o Estado tem. Ao lado disso, nós temos uma equipe técnica praticamente um pouco reduzida, porque ela foi dimensionada para trabalhar dentro de um projeto do Banco Mundial e não para fazer um trabalho desse tipo. Então nós estamos trabalhando em caráter precário dentro dessa emergência que o Estado está passando. Além desse trabalho nós vamos continuar com o trabalho normal. Na Bacia do Curu nós vamos fazer um cadastro dos usuários de água mais detalhado. Vamos ter que estudar a questão da tarifa de água, pois nós acreditamos que uma forma de você racionalizar o uso é através do preço. Você não pode, não existe sistema, está provado em qualquer política pública que não existe nenhum outro sistema de controle mais eficiente do que o preço. Você sabendo quanto custa, sabendo como paga, você tenta controlar e tenta racionalizar o recurso. Então, o objetivo maior é estabelecer preço. Como não se tem preço, por exemplo no caso da Bacia do Jaguaribe, nem é conveniente que numa situação de emergência você discuta preço de água nessa conjuntura, nós vamos iniciar, realmente tentar essa locação de água através do convencimento, do debate técnico para tentar melhorar a eficiência.

E agora o Dr. Molinas vai apresentar uma visão da disponibilidade hídrica do Estado, assim de forma mais geral, eu acredito até como contraponto à proposta que o DNQCS colocou.

O SR. MOLINAS: É com muito prazer que eu estou aqui no CONERH representando a área técnica da COGERH, e também é com prazer que eu vou apresentar o primeiro Plano Anual de Operação de Reservatórios que é uma responsabilidade da COGERH. Este documento, uma versão preliminar, nós temos neste documento simulada a operação de aproximadamente quarenta reservatórios. Deveremos exceder isso nos próximos quinze dias, aproximadamente oitenta reservatórios.

Eu vou distribuir, tenho dez cópias, eu gostaria que, no caso vou ficar com uma para não extraviar. Eu gostaria que, se possível, socializassem algumas cópias, pois foi difícil fazer mais.

Bem, eu vou colocar um pouco a filosofia do Plano Anual de Operação dos Reservatórios.

Hoje um engenheiro não pode chegar para uma reunião e tomar todas as decisões e vocês do Conselho Estadual de Recursos Hídricos são tomadores de decisões, com um número.

Hoje o engenheiro não pode chegar com uma recomendação: "são mil metros cúbicos, são dez metros cúbicos, são quatro metros cúbicos". A função do engenheiro moderno, hoje, é apoiar as decisões, apresentar situações reais, utilizar todas as ferramentas disponíveis na engenharia para analisar o problema e deixar nas mãos dos decisores, nesse caso os usuários das bacias ou os membros do CONERH, a decisão final. Vocês podem ver que no Plano de Operação de Reservatórios...

(FAZ EXPOSIÇÃO DE TRANSPARÊNCIAS)

Vamos ver o caso do açude Orós, por exemplo. Como bem o pessoal do DNOCS apresentou, o volume atual do Orós é aproximadamente 520 (quinhentos e vinte) milhões de metros cúbicos, o que dá em torno de 25% da sua capacidade.

Se consultarmos a História, nem em 1983 o Orós esteve nessa situação. Nós estamos numa reserva estratégica de água do Estado do Ceará que está bastante comprometida. Comprometida como? Vai faltar água em 1994? Não. Não vai faltar água em 1994. Está comprometida no seguinte passo: nós teremos que hoje tomar uma decisão para ver que a adversão ao risco, temos em 1995, 1996. Há condições de liberar, por exemplo, os 20 metros cúbicos por segundo que tem o Orós.

Vejam bem, se nós consultarmos a tabela, é a primeira simulação do Plano Anual. Se nós consultarmos a tabela, o último ponto diz o seguinte: "se nós liberássemos a vazão regularizada sem volume de alerta do açude Orós, nós poderíamos atingir março de 1995, sem problema nenhum. Poderíamos consumir 20 metros cúbicos por segundo sem problemas.

O SR. PRESIDENTE: Eu sei que a maioria dos presentes entende o que é volume de alerta, mas o Sr. poderia explicar?

O SR. MOLINAS: Eu poderia explicar o que é volume de alerta. O que é volume de alerta? No Plano Estadual de Recursos Hídricos, nós fizemos dois tipos de simulações com reservatórios. A primeira é uma simulação convencional. Nós pegamos uma série histórica de afluições no reservatório e operamos nele. Simulamos a operação e calculamos uma vazão que apresentava falhas sobre 10% do tempo, mas que acontece. As séries históricas aqui no Estado do Ceará, as melhores giram em torno de 80 anos. Essa simulação deu esse valor: 20,4 metros cúbicos por segundo. Esse é o último número que você tem.

Essa vazão pode ser operada no reservatório durante 90% do tempo em média, e, durante os outros 10% restantes, haverá falhas, certo? 10% do tempo parece pouco, mas para a irrigação é um ano em dez. Um ano em dez é um risco muito alto para uma agricultura irrigada. O que nós fizemos? Geramos séries sintéticas de quinhentos anos e trabalhamos com longuíssimos períodos e diferentes volumes de alerta.

A partir do qual é o que? A partir daquele volume, o reservatório passava para uma vazão reduzida. Isso permitiu estender a segurança para 90% do tempo, ou seja, seria falha durante dois anos em cem. É um nível de risco. Para operações financeiras, trabalha-se com um por cento de risco. Esse aqui seria o dobro do risco normal que é aceito por qualquer operação financeira do Banco Internacional. Durante 90% do tempo, nós teríamos a metade daquela que permitiria manter todas as culturas permanentes. E durante 2%, dois anos em cem anos, nós teríamos falha, colapso. Isso é muito bom, mas como essa segurança tem que ser paga, a vazão regularizada decorrente dessa simulação é bem menor: em torno de 16 metros cúbicos por segundo. O pessoal do DNOCS falou anteriormente que queria operar com a metade da vazão regularizada com volume de alerta que é aquele 8,4 metros cúbicos por segundo. É uma série de conceitos hidrológicos que envolvem a operação de reservatórios.

Bem, então podemos dizer que podemos operar nos reservatórios.

Em março de 1995 o Orós ficaria seco, absolutamente seco. Nós podemos selecionar uma vazão entre esse valor máximo de 20 metros cúbicos por segundo a um valor muito mais reduzido, por exemplo. Eu simulei aqui até três metros cúbicos por segundo, dependendo da adversão ao risco que nós temos, dependendo da aversão à falha que nós temos, do que nós estamos esperando no futuro e das atividades econômicas que estão sendo desenvolvidas na bacia. Essa é uma decisão que não pode ser tomada por engenheiro, mas sim pela comunidade.

Nós estamos organizando dia 29 de julho um grande Seminário em Jaguaripe, fundamentalmente para colocar esse cenário para as cooperativas, os perímetros irrigados, para os usuários de água potável, para os Prefeitos.

Senhores, a situação é essa. Nós não estamos avisando um colapso. Não há problema. Você poderia tranquilamente exercer todas as suas atividades econômicas durante o ano de 1994. Agora, qual é o preço que essa comunidade está disposta a pagar? Quem irrigar e exportar milhares e milhares de toneladas de frutas em 1994 é melhor torcer para que Deus dê água em 1995 do que guardar uma certa quantidade de água para que não exista colapso, não exista problema social em 1995. Essa é uma decisão da comunidade da própria bacia. Então, o que é que nós estamos fazendo? Primeiro elaboramos esse documento, as simulações da grande maioria dos reservatórios e edificamos os reservatórios onde realmente pode existir problema. Concordo plenamente com o diagnóstico do DNOCS. Eu diria que a Bacia do Jaguaribe é a que tem mais predisposição à problemas. Não há uma reserva razoável, 25% é pouco. Concordo também com a análise de que a Bacia do Curu seria a segunda mais crítica. A capacidade de água estocada na Bacia do Curu não diz o nível de gravidade que essa bacia tem, porque as nossas demandas são distribuídas. Não existe um único centro de demanda de água e não existe um único ponto de oferta de água. No caso da Bacia do Curu, desde o Caxitoré e o Pereira de Miranda à jusante, não haveria graves problemas. Agora a montante do Caxitoré e Pereira de Miranda, ou seja, entre General Sampaio e Pentecoste, o risco de colapso é muito alto. O açude de General Sampaio este ano pegou muito pouca água, mas depois nós vamos analisá-lo especificamente. Existe o perímetro irrigado que é o Curu - recuperação primeira etapa - que já passou por uma situação muito crítica no ano passado. Eu acho que a maioria das culturas permanentes foi perdida: a bananeira foi quase toda perdida, o coqueiro foi quase todo perdido. Eles estão inadimplentes nos bancos. Há uma série de problemas sociais muito grandes. Já Apuiarés passou por período de emergência e abastecimento de água, General Sampaio também. Provavelmente, se não operar de forma racional, em 1994 pode acontecer exatamente o mesmo problema.

Bem, concordo com o pessoal do DNOCS em que deve ser levantada uma certa quantidade de demandas, só que eu acho pessoalmente que para trabalhar com demandas de irrigação, é muito difícil você mantê-las no papel, todo dia muda. Dependendo da disponibilidade de dinheiro no dia 30 de julho no BNB aparecerão quinhentos, oitocentos ou mais hectares de arroz, ou não. Serão cortados alguns custeios. Os Senhores concordam comigo?

Então, essa questão é muito dinâmica. É uma questão que você tem que trabalhar com a comunidade durante muito tempo. Não há possibilidade de você dizer: " Olha, tem mil hectares irrigados em Quixelô e Iguatu". Nós levantamos até agora dois mil. Isso implicaria quase mais de um metro cúbico por segundo que o Orós tem que fornecer. Agora, a liberação de custeio está neste momento sendo exercida tanto pelo pessoal do Banco do Brasil, o pessoal do BNB, o BEC também trabalha nessa área um pouco mais reduzida.

Então o impacto que haverá na disponibilidade de dinheiro poderá definir um cenário para agosto ou outro cenário totalmente diferente. Nós estamos acompanhando isso, mas acho que para o dia 29 de julho. teremos uma idéia muito mais acertada.

Bem, eu posso explicar mais ou menos, pegar outra transparência aqui. Não dava para fazer transparências dos cinquenta reservatórios, mas nós apresentamos aqui tanto a situação do açude Orós como a situação do açude Banabuiú. Concordo plenamente também com o pessoal do DNOCS em que a situação do Banabuiú é bem mais tranquila do que a situação do Orós. Nós simulamos aqui uma vazão a partir da primeira regularizada que é 12,9 metros cúbicos por segundo. Isso indicaria um colapso em maio de 1995, até vazões bem menores. Para que os Senhores tenham uma idéia, uma vazão da ordem de 6 metros cúbicos por segundo, que é o entendimento que nós tivemos até ontem com a cooperativa do Banabuiú. Podemos procurar aqui na tabela. 5,819, nós iríamos até abril de 1996, ou seja, seria uma situação muito boa, nós estaríamos com um horizonte de dois anos que é o melhor horizonte que você pode trabalhar em recursos hídricos aqui no semi-árido. Para o caso do General Sampaio, eu sugiro procurar aqui na tabela. Ficava muito difícil. Está separada por bacias. Bacia do Curu está a proximadamente no meio, está o Pereira Miranda. Eu peço desculpas, porque o material não está bem organizado. Houve um corte de energia hoje pela manhã na COGERH que nos tirou três horas de trabalho. Então o trabalho de interação foi feito ao meio dia. Mas o açude General Sampaio se praticasse a vazão regularizada que é de 3,15, ele entraria em colapso em janeiro de 1995. Para a vazão recomendada pelo DNOCS que é da ordem de 1 metro cúbico por segundo, nós atravessaríamos quase todo o ano de 1995 chegando à novembro de 1995 com essa vazão. Um metro cúbico por segundo é o mínimo para poder abastecer o perímetro irrigado do Curu - recuperação primeira etapa. Evidentemente essa vazão não poder ser reduzida com o risco de perda de culturas permanentes. Bem, eu não vou cansá-los. Se há algum reservatório em especial para ser analisado, nós poderíamos ir especificamente nele. Eu acho que o problema crítico que o pessoal dos bancos está interessado é o custeio. No Banabuiú, no Jaguaribe e na Bacia do Curu está colocado que é possível irrigar sem problemas no Banabuiú e no Jaguaribe, desde que se racionalize o uso da água nas cooperativas. É possível irrigar na Bacia do Curu com uma sabidade, a alta bacia desde General Sampaio à Pentecoste, ou seja, há uma irrigação inclusive importante perto de Apuiarés que são particulares e estarão requerendo o custeio, com certeza, e o Curu - recuperação primeira etapa - tem muitas dificuldades para trabalhar em 1994. Esses são os problemas fundamentais.

O SR. JOSÉ DE ANDRADE MORAIS: Eu queria fazer uma observação. Eu fiz referência na criação desses Comitês que vão administrar e fazer a gestão da água.

Acho que é importante nesses casos que os bancos que estão pretendendo financiar atividades de custeio participem desses Comitês para que acompanhem as discussões, vejam a possibilidade ou não de expansão de áreas irrigadas, enfim, porque a idéia original era que nós tivéssemos só usuários de água, mas nesse caso, como está muito associado a um uso maior da irrigação, eu acho que era importante uma recomendação para que os bancos também trabalhassem nesses Comitês. Acredito que com a distribuição ao longo do tempo das culturas, é provável que lá, daqui a três ou quatro meses, surja a possibilidade de se financiar uma nova safra de feijão, que é importante para o Estado. Os bancos estão acompanhando e eles podem tomar uma decisão neste sentido. Era essa a observação.

O SR. MOLINAS: Concordo. Acho que o grande parceiro, pelo menos no Jaguaribe, tem sido a agência do BNB em Limoeiro que sistematizou e organizou a questão da irrigação no Baixo Jaguaribe. Eu esperaria o mesmo das outras agências. Se nós tivéssemos uma cooperação como essa aí seria muito fácil a organização dos usuários. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: Queremos agradecer a participação da COGERH com essa explanação complementar, através da pessoa do Sr. Presidente, Dr. Luís Carlos Pontes, e do expositor Dr. Molinas.

Nós gostaríamos então de passar à parte final dessa nossa Reunião fazendo algumas colocações. Sem muita formalidade, Dr. Hilton, nós gostaríamos de continuar para encerrar rapidamente. A primeira observação que nós gostaríamos de fazer é que nós não temos a intenção de colocar para este Conselho uma decisão desse nível, sem antes ir à bacia discutir com a sociedade, com a comunidade das bacias, no caso imediatamente com a Bacia do Jaguaribe, Salgado e Banabuiú que acontecerá no dia 29. Os Senhores já ficam de antemão, não só convidados como também de certa forma convocados para nos ajudar, principalmente o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e o BEC que têm um interesse muito grande nisso. E, como não poderia deixar de ser o DNOCS que é o nosso aliado, o nosso parceiro, na gestão dos recursos hídricos. Aí entram outros órgãos como a FUNCEME, que está nesse momento praticando o monitoramento, e, logo a seguir, vai partir para ser uma parceira também da COGERH, como já se preconizava há muito tempo na Lei Estadual de Recursos Hídricos.

Esse Seminário que vai acontecer no dia 29, acho que os Senhores e as Senhoras já receberam o " folder " feito emergencialmente. Nós temos aqui alguns cartazes que gostaríamos que cada representante do Conselho levasse para colocar em um local de destaque para poder envolver o maior número possível de pessoas. A abertura será feita às nove horas da manhã, no dia 29, no Colégio Clóvis Bevilacqua, no centro de Jaguaribe. Possivelmente o Sr. Governador estará presente também, dada a dimensão desse evento que entendemos como o marco zero da COGERH, a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos que estará dando o seu ponta pé inicial no dia 29.